



**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO**  
**Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do**  
**Espírito Santo**

39ª Reunião Extraordinária

Aos quinze (15) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às quinze horas (15h00), em reunião presencial no Palácio da Fonte Grande, reuniu-se o Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Espírito Santo – CGPPI/ES, presidida pelo Presidente do CGPPI/ES, Antônio Sergio Alves Vidigal. Presentes os Conselheiros Titulares: **Procuradoria Geral do Estado – PGE**: Iuri Carlyle do Amaral Madruga; Secretaria de Estado de Economia e Planejamento: Álvaro Duboc Fajardo. Conselheiros Suplentes: **Secretaria de Estado de Governo – SEG**: Pedro Caçador Neto; **Secretaria de Gestão e Recursos Humanos - SEGER**: Rodrigo Garcia; **Secretaria de Estado da Fazenda**: Daniel Correa. Demais presentes: Claudio Toribio Saade (Subsecretário de Gestão e Parcerias da SEDES); Maira Campana Souto Gama (Subprocuradora Geral para Assuntos Administrativos); Carlos Cerqueira Guimarães (Subsecretário de Política Estadual de Saneamento e Apoio Regional); Ligia Damasceno de Lima (Gerente de Política Estadual de Saneamento); Valdir dos Santos (Contador Geral do Bandes); Vilker Zucolotto Pessin (Coordenador do Núcleo de Gestão de Concessão e Parcerias – BANDES); Ivone Pontes (Gerente de Participações, PPPs e Investimentos); Maria Mancini (Gestora de Projetos) e Simone Lemos Vieira (Coordenadora do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI/ES). **Aberta a sessão,** após confirmação do **quórum**, a reunião teve início pela leitura da pauta, previamente informada: **1) Apresentação da Proposta Preliminar do Projeto de Universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário do Estado do Espírito Santo.** O senhor Carlos Guimarães iniciou a apresentação da proposta preliminar ressaltando o objetivo do projeto que é elaborar o diagnóstico, prognóstico e estudos de alternativas para concessões e/ou parcerias público-privadas, visando a universalização dos serviços de saneamento básico no Estado do Espírito Santo. Enfatizou que o Marco Regulatório de Saneamento enseja o cumprimento das metas de universalização para o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31/12/20233. Informou que com a LC 968/2021 foi constituída a MRAE/ES, responsável pela organização, planejamento, regulação, fiscalização e prestação, direta ou contratada, dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas; que a MRAE é cotitular dos serviços de saneamento básico juntamente com os municípios; que em seu Colegiado Regional o Estado participa com 40% dos votos e os municípios, com 60%. Informou, ainda, que a SEDURB foi estruturada para ser o suporte operacional do MRAE, cuja gestão é exercida por Secretário Geral, eleito pelo Colegiado Regional. Que por meio da Resolução MRAE/ES 007/2024 foi aprovada a realização dos estudos técnicos visando a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuja elaboração ficou a cargo da SEDURB. Sr. Guimarães apresentou o panorama dos municípios que serão contemplados nos estudos até para se chegar a dados mais



**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO**  
**Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do**  
**Espírito Santo**

39ª Reunião Extraordinária

precisos, como por exemplo, o número de atendimentos dos domicílios totais com coleta e tratamento de esgoto. Com relação às alternativas para a prestação dos serviços serão definidas a partir dos estudos realizados, podendo contemplar: 1) manutenção da autarquia municipal; 2) concessão plena; 3) parceria público-privada. Apresentou as principais vantagens dos modelos de concessão/PPP, quais sejam: a) eficiência operacional; b) capacidade de investimento; c) sinergia entre projeto, construção e operação; d) inovação tecnológica; e) redução de perdas; e) menor prazo para entrega das obras. Por fim, informou sobre o cronograma do projeto, já previamente alinhado com o governo. Com relação à responsabilização acerca do cumprimento das metas de universalização, o secretário Álvaro Duboc questionou sobre qual seria a estratégia do MRAE para isso, se seria o caso de definição de concessão ou de PPP, que foi respondido por Dr. Iuri que são justamente os estudos, a partir da realização de diagnóstico e prognóstico que indicarão qual a modalidade mais apropriada. Acrescentou que, a partir de 2021, iniciou-se trabalho de convencimento acerca do papel da autarquia criada e que deve concentrar todos os serviços prestados, sendo que as metas somente serão alcançadas por meio da Microrregião. Drª Maira salientou que o que foi autorizado pelo Colegiado da MRAE/ES foi a realização dos estudos. A contratação de concessão ou quem será o responsável pelo pagamento da contraprestação pública, em caso de PPP, será etapa posterior, não cabendo ao CGPPI definir. Sr. Carlos Guimarães ressaltou que o modelo está alinhado com o governador, qual seja, o de trabalhar em parceria com os municípios, sendo o Estado o protagonista desse processo, salientando que para cada real gasto com saneamento são economizados quatro reais em gastos com saúde. Sr. Daniel Correa pediu esclarecimento sobre a competência do CGPPI acerca da contratação dos estudos. Foi informado pelos representantes da PGE e pela Srª Simone Lemos que, em conformidade com a Lei Complementar nº 1.051/2023, art. 6º, Incisos I e VIII, cabe ao CGPPI, além de definir as prioridades do PPI, decidir sobre a forma de estruturação dos projetos descritos no art. 1º da referida LC 1.051/23. Assim, dirimida a dúvida e posto o ponto de pauta em votação, o CGPPI deliberou pela aprovação, por unanimidade, da inserção do projeto de universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário do Estado do Espírito Santo na carteira do PPI e a estruturação dos estudos por meio de contratação de serviços técnicos profissionais especializados. Passando para o segundo ponto de pauta 2) **Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP-ES - Exercício de 2024.** O Sr. Valdir, contador geral do Bandes, informou que o Fundo Garantidor de Parcerias – FGP-ES apresentou, no Exercício de 2024, resultado apurado de R\$ 2.716.000 (dois milhões e setecentos e dezesseis mil reais) e patrimônio líquido de R\$ 28.609.000,00 (vinte e oito milhões e seiscentos e nove mil reais), bem como ressaltou que o Relatório da auditoria independente (KPMG) sobre as



**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO**  
**Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do**  
**Espírito Santo**

39ª Reunião Extraordinária

demonstrações Financeiras do FGP-ES concluiu que as demonstrações apresentaram, em 31/12/2024, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FGP-ES, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, de acordo com as práticas adotadas no Brasil. A Srª Simone Lemos solicitou que seja, apenas, retirada do Relatório das Demonstrações Financeiras, a menção ao Decreto Estadual nº 4.444/19 e à Lei nº 492/09, já revogados. Posto em votação, o CGPPI deliberou pela aprovação, por unanimidade, das demonstrações financeiras do Fundo Garantidor de Parcerias – Exercício 2024. Como último ponto de pauta; 3) **Atualização dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI/ES**. O subsecretário Sr. Claudio Saade informou que a Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (SEMOBI) informou à SEDES, após avaliação interna, que optou por retirar o Projeto Terminais Metropolitanos da carteira do PPI, decisão essa que considerou o prazo estimado para a conclusão da proposta preliminar e a priorização de outras ações estratégicas no âmbito da política de mobilidade urbana, que demandam esforços técnicos e operacionais mais imediatos. Nada mais havendo a tratar, na presente sessão, o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e a presente Ata, após lida e aprovada, será assinada pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento e demais conselheiros presentes à reunião.

**Antônio Sergio Alves Vidigal**  
Presidente do Conselho Gestor do  
Programa de Parcerias de  
Investimentos – CGPPI/ES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**ANTONIO SERGIO ALVES VIDIGAL**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SEDES - SEDES - GOVES  
assinado em 22/04/2025 11:01:15 -03:00

**IURI CARLYLE DO AMARAL ALMEIDA MADRUGA**  
PROCURADOR GERAL DO ESTADO  
PGE - PGE - GOVES  
assinado em 17/04/2025 17:28:31 -03:00

**ALVARO ROGERIO DUBOC FAJARDO**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SEP - SEP - GOVES  
assinado em 23/04/2025 15:57:07 -03:00

**RODRIGO CARDOSO GARCIA**  
SUPLENTE (CONSELHO GESTOR PARCERIAS PUBLICO-  
PRIVADAS-CGP/ES)  
SEGER - SEGER - GOVES  
assinado em 22/04/2025 08:29:12 -03:00

**PEDRO CAÇADOR NETO**  
MEMBRO (CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS  
DE INVESTIMENTO DO ESTADO DO ES)  
SEG - SEG - GOVES  
assinado em 17/04/2025 17:37:37 -03:00

**DANIEL CORREA**  
CONSULTOR DO TESOURO ESTADUAL  
SUBSET - SEFAZ - GOVES  
assinado em 17/04/2025 17:45:06 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 23/04/2025 15:57:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por SIMONE LEMOS VIEIRA (COORDENADOR DE PROG DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS - FG-CPPI - CPPI -  
SEDES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-GLF5K5>